

Brasileiros e Portugueses: disputas por empregos na Bahia do Primeiro Reinado

SÉRGIO ARMANDO DINIZ GUERRA FILHO*

Entre março e abril de 1831, no calor dos conflitos antilusitanos que tomaram em alvoroço a Província da Bahia, uma série de documentos foi apresentada às autoridades exigindo atitudes contra a presença dos portugueses naquela província. As ruas da sua capital – Salvador – fervilhavam com ajuntamentos, motins, saques, brigas e até assassinatos. Um rol de cerca de 150 nomes de gente nascida em Portugal foi indicado para serem expulsos da Província. Havia se passado quase uma década da Guerra de Independência e o Estado Imperial no Brasil se consolidava, mesmo diante das crises em torno de d. Pedro, mas o ódio aos portugueses permanecia vivo entre diversos grupos sociais, notadamente, os menos abastados.

Entre os elementos de uma certa pauta antilusitana que se configurou durante as movimentações de março/abril de 1831, podemos destacar – além da imediata expulsão de portugueses, elencados caso a caso – outras demandas, de cunho mais genéricos. Neste lastro, as petições e abaixo-assinados exigiam, por exemplo, regras para a admissão de portugueses na Bahia, restrições profissionais resguardando certos nichos de mercado de trabalho para os baianos, e mesmo demandas políticas que dialogavam com os ideais federalistas que cresciam frente à conturbada cena política.

Os empregos, fossem na administração provincial, fossem em instituições religiosas, ou postos de trabalho, apareceram como alvo das petições antilusitanas em 1831. Não era exclusividade baiana. Na capital do Império, o Rio de Janeiro, Gladys Sabina Ribeiro apresenta uma análise sobre a participação dos portugueses na economia da Corte, onde, “o português nato disputava espaços no mercado de trabalho, gerando rivalidades com os chamados ‘brasileiros’ e acentuando as brigas pela sobrevivência, que se traduziam em lutas pelos espaços políticos, muitas vezes travestidas de preconceitos e rixas raciais”. (RIBEIRO, 2002: 21)

* Professor Assistente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Mestre e Doutorando em História Social pela Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Carvalho, no já citado “O Antilusitanismo e a questão Social...”, atribui ao antilusitanismo os elementos que tornam o quadro mais complexo que o habitualmente pintado. Inicialmente, tal como Ribeiro, o autor afirma que o ódio ao português, no âmbito das ruas, pode ser explicado, ao menos em parte, por uma disputa pelo mercado de trabalho entre homens pobres livres (portugueses, brasileiros) e entre estes e os libertos e escravos. Para ele, “Fomentado pela facção das elites deslocadas do poder, o antilusitanismo acirrou a competição por esses empregos, levando a explosão da violência urbana”, posto que, “No imaginário popular, a independência política viera sem a sua contrapartida econômica”. (CARVALHO, 1993: 155-156)

Durante a Guerra da Bahia, solicitações de que portugueses de nascimento fossem proibidos de ocupar cargos e empregos públicos no Brasil já apareciam com certa frequência nas correspondências endereçadas às autoridades da capital interina da Bahia – a Vila de Cachoeira. Ali, um Conselho Interino de Governo se formara, articulando as vilas baianas e fazendo frente à ocupação da capital baiana pelas tropas do General Madeira de Melo, fieis às Cortes de Lisboa.

Alguns cidadãos baianos autodenominados “Bons Brasileiros” denunciaram algo que consideravam ser “planos de perfídia e sutileza”. Para eles, lusitanos emigravam da capital sitiada para imiscuir-se nas forças brasileiras, obrando, deste modo, contra a Causa e a Província. Em uma longa correspondência em que descrevem vários incidentes causados por portugueses emigrados de Salvador e incorporados nas tropas brasileiras ou em outros postos onde exercessem algum poder, os autores concluíam pela proibição de que tais inimigos fossem aceitos:

Portanto, Os Representantes cheios de Zelo Patriótico, Respeito, e Fidelidade do Nosso Grande Imperador, então, e pedem com toda a submissão, Energia, e Patriotismo, o pronto e efficacíssimo remédio a tantos danos, em uma Conjunção tão melindrosa, tão interessante, e de tanta prosperidade a toda Nação Brasileira; fazendo se que os Europeus, que tanto maquinam para a escravidão do Brasil, sejam daqui saídos, muito principalmente, e com brevidade, todos aqueles que descobertamente se mostraram inimigos [...] declarados de todo o Brasil, e particularmente de todos os Baianos. Outro sim; que os Militares manhosos neste Emigrados não sejam admitidos em Serviço algum Militar, frustrando-se-lhes por este meio de providencia, O maquiavelismo, a fraude, e a traição que Organizam [...] contra a inocente Província¹

¹ APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 637-7.

Outros baianos, estes da vila de Belmonte, no litoral sul da província, entraram em desacordo com alguns portugueses moradores de outra vila na região, a de Canavieiras. O Juiz Ordinário José Francisco de Menezes prendeu “por inconfidente da Causa pública a Antonio Peixoto Guimarães, Provando-se Sumariamente o Réu de Lesa Nação”, devendo este ser enviado preso para Ilhéus, e de lá para a Capital Interina. No caminho, na vila de Canavieiras, o Juiz local, Antonio José Leiro, “homem Europeu assim como o dito Réu tomou Conta deste, Soltando o dos ferros metendo-o em sua Casa e demorando-o desde o dia nove do corrente [mês de janeiro de 1823] até a data deste”.

Para os belmontenses, havia uma estratégia armada pelos lusitanos, com direito a um enredo que envolvia desde pareceres médicos falsos e fugas escondidas para a cidade da Bahia. Tudo maquinado por senhores “declarados opostos a Santa Independência do Brasil”. E concluía: “ficamos entendidos que em nenhum dos estados deve ser admitido em autoridades publicas Semelhante Gente, mas sim devem ser Contados – a Exceção de bem poucos – na ordem de nossos inimigos, Claros, ou Ocultos (...) a não ser cortada pela Raiz Semelhante Árvore, é de esperar brote frutos Envenenados”.²

Tanto para os “Bons Brasileiros” quanto para os patriotas de Belmonte, havia, durante a guerra, uma preocupação pragmática a servir de argumento para a retirada de portugueses de postos de comando militares e civis. A Causa estaria em perigo, num momento delicado, quando o futuro de seus projetos estava ainda em aberto e a derrota significaria perdas dramáticas. Mas a continuação desta pauta – avançando pelas décadas de 1820, 1830 e 1840 – aponta para outros motivos que devem ser analisados com mais atenção. Outras questões – como a participação incontestada de portugueses de nascimento nas fileiras brasileiras – só aumentam a complexidade destes acontecimentos.

Durante a guerra, algumas posições foram ocupadas por brasileiros, em substituição aos portugueses que se retiraram ou foram retirados de cargos e empregos. Um dos primeiros destes casos ocorreu justamente em Cachoeira, quando da ausência do Capitão-mor do Terço das Ordenanças, José Antônio Fiúza de Almeida, “mandado deportar para fora da Província em razão de se haver declarado oposto à Independência da Pátria”. Procedeu-se eleição em

² APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 637-3.

fevereiro de 1823, tendo sido escolhido e nomeado o Capitão José Paes Cardoso da Silva, dentre uma lista tríplice ali elaborada.³

Em favor de Silva, apareciam argumentos mais genéricos, a respeito da sua condição social, bem posicionada para os padrões morais da época. Ele devia assumir o cargo “por ter todos os quesitos da Lei em razão de ser abastado de bens, desinteressado, das primeiras famílias da terra, de avalizados costumes e Cristão”. Outros atributos – de cunho político – completavam os predicados que levariam Silva ao posto de Capitão-mor, tendo em vista que o candidato havia dado “decididas provas de amigo da Causa da Nação, e de Sua Majestade Imperial”, segundo o Provedor da Vila da Cachoeira, Antonio Cerqueira Lima.⁴ Estes atributos políticos relacionados à participação e à tomada de “partido” durante a guerra vai ser – mesmo para tempos posteriores a 1823 – foram um critério importante na distribuição de cargos e benesses pelo Estado imperial brasileiro. Listas Patrióticas foram solicitadas às diversas vilas do interior da província para que registrassem – para a posteridade e para efeitos de favores – os feitos heroicos dos defensores da Causa. (ver: GUERRA FILHO, 2004)

De volta às disputas pelos cargos na província, coisa parecida sucedeu com o posto de vigário da mesma vila da Cachoeira. O Padre Manoel Jacinto Pereira solicitou ser colado à respectiva freguesia da vila, sendo já ele vigário encomendado, desde que o titular, Padre Bernardo Maria de Vasconcelos, havia se retirado para Salvador, “unindo-se com os Lusitanos como ele inimigos da Causa do Brasil”, deixando o cargo “vago em razão de criminoso abandono que fez das suas Ovelhas”.

O Conselho Interino de Governo foi consultado pelo Imperador sobre o pleito e manifestou-se, a 4 de junho de 1823, favoravelmente. Para as autoridades baianas, a pretensão de Pereira de substituir Vasconcelos deveria receber acolhida imperial por duas razões “poderosas”: o antigo vigário não gozava de “boa opinião entre seus Paroquianos”; segundo, “saindo daí para a mesma Cidade da Bahia, fossem qual fossem as suas intenções, é certo que ele não reverteu para esta Vila deixando se ali ficar, o que faz presumir que seria por não ser afeito á Causa do Brasil”.⁵

³ APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 3793.

⁴ APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 3793.

⁵ APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 637-2, fl. 59.

Assim como no caso do capitão-mor, Pereira não esperou o fim da guerra para apresentar seu pleito. Casos como este são menos numerosos, mas também são mais comuns os casos em que o ocupante da vaga pleiteada ainda estivesse em exercício de suas funções laborais, e não houvesse sido expulso, como no evento com os Capitães, ou abandonado o posto, como no evento com os vigários. Nesta situação, as justificativas para a substituição – de um português por um brasileiro – nos permitem acessar o repertório antilusitano que povoava o discurso político vigente no primeiro reinado.

Este é o caso de José Teodoro Guaraná – sobrenome provavelmente adquirido durante os anos da guerra (ver: EDELWEIS, 1981) – e de sua solicitação de emprego como boticário do Hospital dos Lázaros, na capital baiana. Em 2 de setembro de 1823, Manoel Boaventura Ferraz, Capitão e Ajudante-mor do dito hospital, escrevia às autoridades da Província dando apoio à sua súplica. Os atributos elencados por Ferraz em favor de Guaraná eram muitos: o candidato era casado, com filhos e vivia no seio da sua família; havia, ainda, servido como boticário “no Recôncavo com os doentes do Exército Pacificador, distinguindo-se com Louvável zelo pela causa do Brasil”. Teria sido, ainda segundo Ferraz, este patriotismo que levara Guaraná a se retirar da capital ocupada, onde atuava como 2º Boticário do mesmo arsenal no qual, agora, pretendia ser o titular.

O ocupante da vaga pretendida era Leonardo José de Freitas, acusado de incompetência, errando o peso e a quantidade as receitas encaminhadas pelo cirurgião do dito Hospital. Mesmo diante dos riscos apresentados pela, digamos, deficiência técnica de Freitas, Ferraz esperou dois meses da retomada da cidade para propor a substituição, preferindo atuar com “moderação, para que aquele Português não declamasse que eu tinha esperado a representação Brasileira para o lançar fora”.⁶ Dentro desta configuração, o suplicante fora, provavelmente, subordinado a Freitas, trabalhando para este ou sob suas ordens. Tendo passado uma temporada nas fileiras do Exército Pacificador, Guaraná encontrara energia para pleitear a vaga do seu antigo chefe...

A questão nacional estava no centro das argumentações. Os participantes da guerra cobravam sua fatura em forma de empregos. Portugueses, tendo sido os inimigos da guerra, não deviam ocupar tais lugares, agora reservados a brasileiros. Um outro caso de final de 1823 é bastante significativo desta configuração. Em 30 de outubro, Antonio Policarpo

⁶ APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 637-3.

Cabral, Provedor e Guarda-mor Fiscal do Tribunal da Saúde, escreveu duas correspondências endereçadas às autoridades provinciais posicionando-se a respeito das ambições de Luis Gomes dos Santos Silva e de Custódio Bento Monteiro – Lembra-nos Lina Aras que Custódio Monteiro seria, anos depois, um destacado rebelde federalista (ARAS, 1995) –, ambos pleiteando a vaga de Guarda-bandeira da Guardamoria da Saúde.

Em ambas as correspondências, Cabral fez questão de manifestar-se a respeito do ocupante do cargo, o português João Ferreira. Na primeira, Ferreira foi apresentado como “um dos portugueses que mais se distinguiu nesta Cidade como inimigo do Brasil pelo que jamais poderá continuar aquele exercício, por ser estrangeiro, e esse nosso inimigo”. No documento seguinte, Ferreira é acusado de ser “muito oposto á causa do Brasil contra a qual empregou todos os meios que estavam a seu alcance, fazendo-se por isso celebre nesta cidade”.⁷

Os argumentos apresentados por Cabral abonando os pretendentes ao cargo vão na contramão dos predicados endereçados a Ferreira. Silva possuiria “probidade e boa conduta civil [que] me tem sido abonadas por várias pessoas, e isto mesmo comprovam os documentos que junta assim como serviços, que prestou com sua pessoa e bens na nossa gloriosa lide”. Já Monteiro, além da boa conduta alegada por pessoas junto a quem Cabral se informara, somavam-se “os passos, que deu como prova pelos documentos juntos em favor da Restauração esta Cidade, em cuja gloriosa tarefa foi prezo em flagrante, pelo que sofreu os grandes incômodos de prisão”.

Se por um lado a participação na guerra ou em qualquer outra manifestação política pró-independência eram consideradas para efeito de concessões e empregos, a ausência destas ou a ação contrária à independência podiam custar empregos. Muita gente foi questionada e até denunciada após o término da guerra. Alguns foram demitidos de cargos que já ocupavam, outros foram impedidos de assumir posições pretendidas.

Em dezembro de 1823, a Junta de Governo Provisório da Província ordenou a Agostinho Bitencourt que demitisse Antonio Lopes de Miranda do ofício de Tabelião. A ordem era alimentada por “repetidas representações” contra Miranda, dando conta de que “ele não fora afeito à causa da Independência do Brasil”.⁸ O mesmo Bitencourt posicionara-se, em 4 de agosto do mesmo ano, em favor de Manoel Luis da Rocha Subaé para substituir Felipe

⁷ APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 637-3.

⁸ APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 637-3.

Xavier de Maia no cargo de Escrivão do Juízo das Moedas de Salvador, pois o segundo “fora notoriamente inimigo da causa da independência do Brasil”. Quanto a Subaé, bastou aos olhos do missivista ter ele “uso bastante do ofício de Escrivão, e tem também boa fama”.⁹

Os cargos pretendidos podiam ser, ainda, de fora da província, mas o pretendente ter a sua vida pregressa na Bahia investigada. Henrique José candidatou-se ao cargo de Cabo da Ponte do Arsenal da Marinha na Corte, alegando, para tanto, feitos patrióticos durante os conflitos na Bahia. As autoridades imperiais solicitaram às autoridades da província uma avaliação do pleito, recebendo como resposta que:

*O intendente da Marinha desta Cidade [do Salvador] entra em dúvida se o serviço que ele fez de haver desertado com uma Barca Canhoneira para Itaparica poucos dias antes da saída dos inimigos lhe dá direito ao lugar que pretende, quando para exercê-lo não seja idôneo: parecendo contudo a este Governo que não fora por vontade própria de aderir à Causa do Brasil, e sim por necessidade que o Suplicante tomara aquele arbítrio no último caso de ver a disposição para a fuga do Partido contrário a quem até então se prestava*¹⁰

Nem sempre o autor da denúncia se identificava ou era provocado a dar verdade aos fatos alegados. Denúncias surgiam, às vezes, dos sentimentos de algum patriota diante da ocupação (ou possibilidade de ocupação) de alguma função pública por português. Alguém assinando “Fulano de Tal, com medo”, denunciou o europeu Francisco Luis Filho como “o mais péssimo europeu que tem sabido os Campos da Cachoeira”, que havia pleiteado algum emprego frente às autoridades baianas. Para o autor anônimo, “além de ser inimigo da nossa Santa Causa tem em si todas as maldades”. Referia-se às defesas públicas que fazia do General Madeira, e ao fato de andar armado e assim intimidar os nacionais. O tal Fulano acreditava que “não deve tal peste ter proteção pela sua má conduta e mau comportamento, inimigo dos Brasileiros”.¹¹

Logo após o fim da guerra, ainda em dias de julho de 1823, a Mesa de Inspeção posicionou-se diante da Junta Governativa pelo afastamento do serventuário João Antonio da Fonseca Lessa, alegando, para tanto, “não tanto pela sua pouca, ou nenhuma aderência á Causa do Brasil, como porque o dito Lessa não possui as qualidades precisas para desempenhas com honra, e probidade o seu Ofício”. Na sequência, posicionou-se pela

⁹ APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 637-3.

¹⁰ APEB, Seção Colonial-Provincial, maço

¹¹ APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 637-7.

manutenção de José Pedro Torres, uma vez que “não consta[va] à esta Mesa alguma razão para ser excluído, antes pela sua avançada idade se faz digno de todo o favor”.

A idade era utilizada em muitos momentos com desculpa ou indício de inocência quando das tentativas de defender-se da sanha patriótica. Não era o único atributo usado para tanto. Ser casado, ter bens de raiz, negócios, família, eram atenuantes alegados por portugueses presos e ou perseguidos, do mesmo modo que eram adendos constantes nos currículos dos patriotas brasileiros. Ainda durante a guerra, o europeu Miguel Pereira de Araújo, que fora preso em Jaguaripe e mandado para a cadeia de Cachoeira, defendia-se da acusação de ser inimigo da Causa, apresentando como predicados, o fato de ser residente há muitos anos naquela vila, “casado, com propriedades de raiz, além de escravos”, além de ser “isento de sociedades e adjuntos, e só empregar-se no seu serviço do mato”. Reunia, para tanto, documentos e testemunhos, solicitava soltura e passaporte.¹²

Quando, em 1831, baianos saíram às ruas, armados e decididos a expulsar portugueses da província, custando, inclusive, o cargo de Presidente da Província, estes argumentos se bateriam novamente. Apesar de preconizar que “solteiros sem bens de raiz” fossem prioridade, muitos religiosos, militares e comerciantes foram perseguidos e sua expulsão exigida. Mais uma vez, os postos de trabalho, empregos públicos e cargos eclesiásticos foram disputados entre os “nacionais” e os “estrangeiros”. Uma política de regulação de tais posições – em vantagem dos brasileiros – foi exigida às autoridades. Velhos fantasmas de uma guerra que, terminada em 1823, ainda povoaria o imaginário político baiano por muitos anos, sendo reavivados sempre que o ambiente político baiano sacudia. (ver: ARAÚJO, 2009)

REFERÊNCIAS:

- ARAS, Lina Maria Brandão de. *A Santa Federação Imperial*. (Tese de Doutorado) São Paulo: USP, 1995.
- ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *O Tutu da Bahia*. Salvador: Edufba, 2009.
- CARVALHO, Marcus J. “O antilusitanismo e a questão social em Pernambuco, 1822-1848”. In: Miriam Halpern Pereira; Maria Ioannis Baganha; Maria Beatriz Nizza da Silva; Maria José Maranhão. (Org.). *Emigração e imigração portuguesa: séculos XIX e XX*. 1 ed. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1993, v. 1, p. 145-160.
- EDELWEISS, Frederico G. *A Antroponímia Patriótica da Independência*. Salvador, C.E.B. UFBA, 1981.

¹² APEB, Seção Colonial-Provincial, maço

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

GUERRA FILHO, Sérgio A. D. *O Povo e a Guerra: Participação das Camadas Populares nas Lutas pela Independência do Brasil na Bahia*. (Dissertação de Mestrado) Salvador: UFBA, 2004.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em Construção: Identidade Nacional e Conflitos Antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2002.